

PETROBRAS

Controle ampliado

Governo elege seis representantes para o Conselho de Administração e aumenta poder na estatal

» FERNANDA STRICKLAND

AFP / MAURO PIMENTEL



Sede da Petrobras no Rio de Janeiro: assembleia de acionistas aprovou nomes que haviam sido rejeitados por comitê técnico da empresa

Após emplacar a nomeação de Caio Paes de Andrade como novo presidente da Petrobras, o governo conseguiu consolidar a maioria no Conselho de Administração da companhia. Em assembleia realizada ontem na sede da estatal, no Rio de Janeiro, os acionistas da empresa elegeram oito nomes para o colegiado, sendo dois dos acionistas minoritários e seis representantes do governo. Entre eles, dois indicados pelo Planalto que haviam sido rejeitados, há um mês, pelo Comitê de Elegibilidade (Celeg) da petroleira — o secretário-executivo da Casa Civil, Jônathas Assunção Salvador Nery de Castro e o procurador-geral da Fazenda Nacional, Ricardo Soriano de Alencar.

O Celeg, órgão encarregado de fazer uma análise prévia dos candidatos a cargos diretos na Petrobras, concluiu que os dois indicados não atendiam aos requisitos para assumir o cargo, pois teriam conflito de interesses atuando no conselho, uma vez que ocupam postos de alto escalão no governo Jair Bolsonaro (PL). A União, porém, fez valer a maioria que possui no capital da empresa — 50,38% das ações com direito a voto e bancou a aprovação dos indicados.

Os seis representantes da União eleitos são: Edison Antonio Costa Britto Garcia; Gileno Gurjão Barreto; Caio Mario Paes de Andrade — que preside a Petrobras desde junho —; Ricardo Soriano de Alencar; Jônathas Assunção Salvador Nery de Castro; e Ieda Aparecida de Moura Cagni.

Barreto, que é presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) foi também eleito presidente do conselho. Não conseguiram ser reeleitos Márcio Weber e Ruy Schneider. A reunião de acionistas, que

ocorreu de forma virtual, teve duração de duas horas e meia.

Maior acionista minoritário da Petrobras, o Banco Clássico teve aprovados dois nomes para o Conselho: Marcelo Gasparino da Silva e José João Abdalla Filho. O grupo dos minoritários também indicou outros dois membros do conselho que permanecem nos postos (Francisco Petros e Marcelo Mesquita). Com o resultado, os acionistas minoritários permanecem com quatro cadeiras no conselho.

O Conselho de Administração é responsável pela definição das

estratégias empresariais da Petrobras. A empresa vem sendo pressionada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) a segurar o preço dos combustíveis para que não seja prejudicado seu projeto de reeleição. Desde que Caio Andrade assumiu a presidência da estatal, em junho, a empresa anunciou várias reduções nos preços — favorecidas pela queda das cotações internacionais do petróleo.

Reação

Em comunicado conjunto,

a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e a Associação Nacional dos Petroleiros Acionistas Minoritários da Petrobras (Anapetro) informaram que vão ingressar na segunda-feira com ação na Justiça Federal para anular a assembleia geral. Segundo a FUP, o resultado da AGE demonstrou desrespeito à Lei das Estatais, descaso com a governança corporativa e abuso do direito de acionista, ao eleger nomes considerados inelegíveis pelo Celeg. “Voltaremos com nova representação na Comissão de Valores Mobiliários”,

disse o coordenador-geral da FUP, Deyvid Bacelar.

“Insistiremos na reprovação e anulação da assembleia”, reforçou o presidente da Anapetro, Mário Dal Zot. “A nomeação de pessoas passíveis de conflitos de interesses e sem a necessária formação e experiência no setor de petróleo e gás é inadmissível, pois, além de ferir a lei, ficam mais sujeitas a desmandos do acionista majoritário, podendo trazer prejuízos para empresa a partir de medidas danosas e muitas vezes eleitoreiras”, disse, em nota.

Gasolina a R\$ 4,93 no DF

A redução do preço da gasolina nas refinarias da Petrobras continua se refletindo nas bombas. Ontem, em um posto do centro de Taguatinga, foi possível encontrar o litro do combustível por R\$ 4,93. Segundo Paulo Tavares, presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis do Distrito Federal (Sindicombustíveis-DF), o consumidor precisa aproveitar esse momento de baixa, pois os preços podem voltar a subir.

“O valor que está sendo cobrado é o preço de custo, porém, o

mercado é livre”, afirmou Tavares. “A margem razoável de mercado, de acordo com o Ministério Público e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), deveria ser de 15%, entretanto, se o revendedor quiser vender até negativo, é um direito dele.”

No início da semana, Tavares já havia informado que os postos iriam repassar ao consumidor a redução de 4,8% dos preços da gasolina anunciada na segunda-feira pela Petrobras. No DF, o valor do litro do combustível girava em torno dos R\$ 5,20,

sendo que no Posto Petrolino, em Taguatinga, o produto era vendido a R\$ 4,99.

A queda dos preços tem sido comemorada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), que é candidato à reeleição. “Espero que continue caindo o preço da gasolina. Logicamente, esse preço tem a ver com o dólar, que tem caído, e também o preço do petróleo lá fora”, afirmou Bolsonaro, na última quinta-feira, em sua transmissão semanal ao vivo pelas redes sociais. (FS)

Crédito: Carlos Vieira/CB/D.A Press.



Promoção em posto de Taguatinga: preço pode voltar a subir

TECNOLOGIA

5G atrasa, mas venda de smartphones cresce

Mesmo diante da demora na implantação do 5G nas capitais brasileiras, as vendas de smartphones que captam o sinal da nova banda larga têm mostrado forte crescimento, segundo estudos da consultoria de inteligência de consumidor e mercado GfK. De janeiro a julho, a participação dos aparelhos aptos a operar a nova tecnologia passou de 6,7% para 17,5% do volume total de vendas de smartphones. Para o consumidor, a boa notícia é que os preços diminuíram, em média, 30,9% no mesmo período.

Nesta semana, as redes 5G foram ativadas em Curitiba, Goiânia e Salvador. Desde julho, quando a internet móvel de alta velocidade estreou em Brasília, a quinta geração de banda larga chegou a oito capitais brasileiras. Além da capital federal, a nova banda larga já funciona em Curitiba, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Goiânia, Porto Alegre e João Pessoa. A

partir de segunda-feira, o 5G será liberado para Rio de Janeiro, Palmas, Florianópolis e Vitória.

Na quinta-feira, porém, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) confirmou recomendação feita uma semana antes pelo grupo técnico que gerencia a implantação do 5G no país, o Gaispi, e estendeu por mais dois meses o prazo para a instalação da nova tecnologia em 15 capitais: Recife, Fortaleza, Natal, Aracaju, Maceió, Teresina, São Luís, Campo Grande, Cuiabá, Porto Velho, Rio Branco, Macapá, Boa Vista, Manaus e Belém.

Agora, essas 15 capitais precisam estar liberadas até 28 de outubro para a ativação do 5G. Já as operadoras terão mais 30 dias, podendo ligar o sinal até 27 de novembro. Pela regra anterior, que já contava com uma prorrogação de prazos, todas as capitais deveriam receber o sinal até o fim de setembro.

Calendário

Veja o cronograma de liberação do 5G definido pela Anatel:

1. A partir de 28 de outubro de 2022, nas seguintes capitais: Recife, Fortaleza, Natal, Aracaju, Maceió, Teresina, São Luís, Campo Grande, Cuiabá, Porto Velho, Rio Branco, Macapá, Boa Vista, Manaus e Belém
2. A partir de 1º de janeiro de 2023, nos municípios que tenham população igual ou superior a 500 mil habitantes;
3. A partir de 30 de junho de 2023, nos municípios com população igual ou superior a 200 mil habitantes

e em pelo menos 25% dos municípios com até 30 mil habitantes;

4. A partir de 30 de junho de 2024, nos municípios que tenham 100 mil habitantes ou mais e em pelo menos 50% dos municípios brasileiros com até 30 mil habitantes;

5. A partir de 30 de junho de 2025, em pelo menos 75% dos municípios brasileiros que possuam população de até 30 mil habitantes;
6. A partir de 1º de janeiro de 2026, nos demais municípios.

Fonte: Anatel.

O Gaispi acompanha a limpeza de faixas de frequência necessárias para o 5G funcionar sem interferências nas cidades. O grupo justificou a mudança no cronograma em função da demora no recebimento de

equipamentos pelas operadoras de telecomunicações. O principal problema, segundo o Gaispi, foram os atrasos dos fornecimentos vindos da China, país que sofreu um novo e prolongado lockdown por causa de ondas de

covid-19. Tais equipamentos são filtros necessários para garantir a não interferência da faixa do 5G por ondas eletromagnéticas emitidas por outras fontes.

O atraso frustra parcialmente os planos do Palácio do Planalto e do Ministério das Comunicações para apresentar o 5G como uma das realizações do atual governo e explorar o tema na campanha eleitoral.

Referência

No varejo, no entanto, o 5G movimentou a comercialização de smartphones. De acordo com Fernando Baialuna, diretor de varejo da GfK, o 5G pode alcançar, neste ano, 33% do faturamento dos fabricantes. “É inevitável que a tecnologia se torne referência. Entretanto, ainda vai crescer. Temos, neste ano, um processo gradativo, com a Copa do Mundo favorecendo o smartphone como segunda tela. Eu diria que as vendas devem se acelerar até a competição”, disse. Assim, segundo ele, o último quadrimestre do ano promete ser o momento de pico das vendas. (MP)

ENFERMAGEM

Estados começam a aplicar piso salarial

» MICHELLE PORTELA

Apesar das queixas quanto à falta de fonte de recursos para implantar o piso salarial da enfermagem, alguns estados e municípios, além do Distrito Federal, começam a adotar a medida nas negociações com a categoria. A Lei nº 14.314/2022 foi sancionada em 4 de agosto após debates e aprovação no Congresso Nacional. Enquanto isso, a União prepara manifestação junto à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que a Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde) e outras entidades movem no Supremo Tribunal Federal (STF) para derrubar a nova legislação.

Segundo o Conselho Federal de Enfermagem (Confen), já anunciaram adesão ao novo piso salarial os municípios de Epitaciolândia (AC), Sales de Oliveira (SP) e Planalto (SP). Também em São Paulo, o sindicato que representa técnicos e auxiliares de enfermagem (SindSaúde-SP) fechou com o governo estadual convenção coletiva que garante o reajuste. No Espírito Santo, o novo piso salarial da categoria negociado entre governo do Estado e enfermeiros será de R\$ 4.875,08.

Entre as principais críticas à nova legislação estão o impacto orçamentário e a ausência de indicação da fonte de recursos para cobrir o aumento da despesa de recursos humanos, motivo alegado pelas entidades para mover a ação no STF.

De acordo com o texto promulgado, a remuneração mínima de enfermeiros é de R\$ 4.750. Para técnicos, o piso passa para R\$ 3.325, e para auxiliares e parteiras, o valor é de R\$ 2.375. Os pisos salariais deverão ser aplicados por todos os setores até o início do próximo exercício financeiro. Devido às eleições, que garantem o fim do exercício fiscal com respeito ao teto de gastos, a União e os estados deverão iniciar os pagamentos a partir de 2023.

Quanto ao Governo do Distrito Federal (GDF), diferentemente de outras localidades, a categoria já possui um plano de carreira, somando gratificações por tempo de serviço e formação acadêmica. Portanto, parte dos profissionais já recebe acima do piso salarial. Um profissional de terceira classe que trabalha 40 horas semanais, por exemplo, no piso da tabela do GDF, recebe R\$ 6.757,47.

Existe uma preocupação, entretanto, quanto às entidades assistenciais e filantrópicas que possuem enfermeiros nos seus quadros, como o Lar dos Velhinhos Bezerra de Menezes, em Sobradinho. A Secretaria de Desenvolvimento Social informou que atua “de forma transparente com as entidades parceiras que tenham tais profissionais”.

Por isso, de acordo com a pasta, serão feitas análises técnicas, orçamentárias e jurídicas nos planos de trabalho de cada parceria que atue com enfermeiros, mediante provocação formal e de acordo com a legislação vigente.

Manifestação

De acordo com a Advocacia-Geral da União (AGU), a instituição irá se manifestar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7222, que corre no STF, dentro do prazo legal de cinco dias, após manifestação da Presidência da República, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. A notificação para a Presidência da República foi entregue na última quarta-feira.